

**HABEAS CORPUS Nº 570.034 - AC (2020/0077954-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS - AC003807  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE  
**PACIENTE** : ALAN MELO MARTINS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALAN MELO MARTINS, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 1000412-12.2020.8.01.0000, manteve a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora originária.

Consta dos autos a prisão preventiva do paciente, novamente decretada em 13/09/2019 pela Corte *a quo*, às fls. 150-169, ao prover o recurso em sentido estrito ministerial, decorrente de suposta prática - em continuidade delitiva - dos crimes capitulados no art. 121, § 2º, inciso IV, c.c. art. 18, inciso I, parte final, ambos do CP, o primeiro na forma consumada e o segundo tentado.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação cautelar do paciente, com condições pessoais favoráveis, e "sem previsão de que ocorra instrução probatória" (fl. 15), além de não estar alicerçada em fatos contemporâneos, não preenche - como *ultima ratio* - os requisitos autorizadores do cárcere processual guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º, 312 e 315, todos do CPP, estando, ainda, em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pela revogação da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória, mediante a cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, nos moldes do art. 319 do CPP ou, ainda, prisão albergue domiciliar.

É o relatório. Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente